



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Minuta de contrato nº 3897444/2026 - CPL

São Luís - MA, 08 de maio de 2026

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11109.000235/2026–CPL/PMSL

EMPENHO Nº XXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, POR MEIO DA CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, COMO CONTRATANTE, E A XXXXXX, COMO CONTRATADA, PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FORMA ABAIXO.

O **MUNICÍPIO DE SÃO LUIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita sob o CNPJ sob nº 06.307.102/0001-30, por intermédio da **CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, com sede na Av. dos Holandeses, quadra 36, lote 1 a 14, bairro Quintas do Calhau, São Luís/MA - CEP 65071-380, neste ato representada pela Presidente da Central Permanente de Licitação, a Sra. Silvana Carla Costa dos Santos, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXX, neste ato representada por seu sócio, **Sr. XXXXX**, inscrito no CPF nº. XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e acordado o presente Contrato Nº _____, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXXXX, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº **11109.000235/2026– CPL/PMSL**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº. 62.276/2026, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II, LEI Nº 14.133/2021).

1.1 – O presente instrumento tem por objeto a contratação da prestação do serviço de agenciamento de viagem, compreendendo: cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas em voos domésticos, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, atendendo assim, a necessidade de locomoção de servidores da CPL/PMSL, de acordo com e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

1.2 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

1.2.2 – O Edital de Licitação;

1.2.3 – A Proposta da Contratada;

1.2.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 - O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela CONTRATANTE através do Processo Administrativo nº **11109.000235/2026**, oriundo do Pregão Eletrônico, com fundamento no Decreto Municipal nº 62.276/2026, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V, LEI Nº 14.133/2021).

2.1 O valor do presente Contrato é de **R\$ XXXX (XXXXXX)**, em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE (A)	VALOR DO BILHETE (R\$) (B)	VALOR UNIT. DA TAXA DE EMBARQUE (R\$) (C)	VALOR UNIT. DA TAXA DE AGENCIAMENTO (R\$) (D)	VALOR TOTAL (R\$) (A+B+C+D)

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, inclusive tributos, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas administrativas e quaisquer outros custos indispensáveis ao cumprimento integral das obrigações assumidas, não sendo devido à Contratada qualquer valor adicional além do pactuado, salvo previsão legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (art. 92, VII, LEI Nº 14.133/2021).

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A eficácia da contratação estará condicionada à publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme inciso I do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, e, quando aplicável, na imprensa oficial.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (art. 92, XII, LEI Nº 14.133/2021).

4.1 Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 92, IV, VII e XVIII, LEI Nº 14.133/2021).

5.1. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato, observando o disposto nos arts. 92 e 115 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. A execução ocorrerá sob regime de **empreitada por preço unitário**, considerando que a remuneração da contratada será vinculada exclusivamente à Taxa de Agenciamento (Taxa DU), aplicada por bilhete efetivamente emitido.

5.3. O Contratante deve efetuar a análise, escolha das opções e autorização para aquisição levando em consideração as normas vigentes que orientam a emissão de BILHETE DE PASSAGEM, atualmente contidas na IN SLTI nº 3/2015.

5.4. Os valores relativos às tarifas aéreas e às taxas de embarque constituem despesas de terceiros, sendo definidos pelas companhias aéreas e operadores aeroportuários, nos termos do art. 6º, §1º, da Instrução Normativa SLTI nº 3/2015, não integrando a remuneração da Contratada.

5.5. A execução dos serviços de agenciamento de passagens aéreas ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, acompanhada de Solicitação de Passagem Aérea (SPA).

Agenciamento

5.6. Aquisição de Bilhetes de Passagem

5.6.1. Assessoria: entende-se por assessoria o serviço para emissão de BILHETE DE PASSAGEM prestado pela Contratada visando ao auxílio na pesquisa, análise e escolha de melhores opções de voos.

5.6.1.1. A cotação para emissão de BILHETE DE PASSAGEM realizada pela Contratada deverá refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes.

5.6.1.2. O pedido de cotação enviado à CONTRATADA via e-mail/WhatsApp deverá conter, no mínimo:

- a) Nome do Contratante, com e-mail, telefone e servidor responsável pela demanda
- b) Data prevista da partida;
- c) Data prevista do retorno;
- d) Cidade de origem/Cidade Destino;
- e) Nome completo do passageiro;
- f) Data de nascimento do passageiro;
- g) CPF do passageiro;
- h) Eventual deficiência do passageiro;

5.6.2. A Contratada deverá apresentar, previamente à emissão do bilhete, no mínimo 03 (três) opções de voos disponíveis, quando houver oferta no mercado, contendo:

- a) Companhia aérea;
- b) Cidades de origem e destino;
- c) Número do voo;
- d) Duração do voo;
- e) Quantidade e duração das escalas/conexões, se houver;
- f) Datas e horários de voo e aeroportos utilizados;
- g) Valor da TARIFA;

h) Valor da TAXA DE EMBARQUE.

5.6.3. A Contratada não fará jus a qualquer pagamento por atos meramente preparatórios, tais como assessoria inicial, pesquisas, cotações, simulações de tarifas, bloqueios provisórios e reservas não utilizadas, quando não houver a conclusão do serviço demandado.

5.6.3.1. Considera-se concluído o serviço somente quando houver:

- a) emissão do bilhete;
- b) alteração/remarcação efetivada no bilhete emitido;
- c) ou cancelamento com protocolo junto à companhia aérea, nos termos deste Termo de Referência.

5.6.3.2. A emissão do bilhete deverá ocorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a autorização formal da Administração, observando-se as tarifas vigentes no momento da emissão.

5.6.3.3. É vedada a cobrança de valores mínimos, mensalidades, pacotes de horas, taxas administrativas, comissões, mark-up sobre tarifas ou quaisquer outras rubricas não previstas no Termo de Referência e neste Contrato.

5.6.3.4. A Contratada deverá encaminhar à Contratante por e-mail, no formato PDF quando a requisição vier via e-mail/WhatsApp, a reserva contendo o LOCALIZADOR, a data e hora de validade da reserva e demais dados contidos na cotação, visando à necessária aprovação.

5.7. Alteração de Passagens

5.7.1. Consiste na modificação do voo por interesse do Contratante.

5.7.2. A alteração de BILHETE DE PASSAGEM deve ser precedida de nova cotação e reserva, visando subsidiar a decisão sobre a alteração ou cancelamento seguido de nova emissão, o que for mais vantajoso para o Contratante.

5.7.3. As alterações de BILHETES DE PASSAGEM serão discriminadas por trecho.

5.7.4. Caso a alteração possua mudança ou inclusão de destinos, a Contratada poderá receber solicitação de nova assessoria para indicação das opções que melhor atendam à demanda.

5.7.5. A alteração dependerá da disponibilidade de assentos e poderá ensejar em aplicação de multas e eventuais diferenças tarifárias estabelecidas pela companhia aérea.

5.7.6. Imediatamente após a alteração que resulte em crédito, situação na qual o valor do BILHETE DE PASSAGEM original é superior à soma da multa e da diferença tarifária, a Contratada deverá requerer, imediata e formalmente, o reembolso dos valores aos quais o Contratante tem direito, para que seja efetuada a glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e comprovante das companhias aéreas.

5.8. Cancelamento de Passagens

5.8.1. O cancelamento do bilhete será, em regra, realizado pelo servidor do Contratante por e-mail ou telefone, com base nas informações do BILHETE DE PASSAGEM emitido.

5.8.2. Após o recebimento da informação acima, a Contratada deve efetuar o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM, no prazo máximo de 1 (uma) hora, objetivando a isenção da cobrança de taxa de NO-SHOW, quando possível, de acordo com as regras da companhia aérea.

5.8.3. Todas as solicitações de cancelamento devem constar no relatório para controle dos BILHETES DE PASSAGEM passíveis de reembolso.

5.8.4. Nos casos de cancelamento de BILHETE DE PASSAGEM, a CONTRATADA fica obrigada a informar a CONTRATANTE se houve ou não direito ao reembolso, qual o valor a ser reembolsado, bem como o valor da tarifa de embarque.

5.8.5. Cancelamento originado de demanda de alteração:

I - Ocorre quando, analisadas as cotações, a UNIDADE SOLICITANTE verifica que há melhor relação custo x benefício na nova emissão, e não na alteração do BILHETE DE PASSAGEM; e

II - quando inexistirem voos que permitam a alteração do BILHETE DE PASSAGEM já emitido.

5.8.5.1. Para as hipóteses do subitem anterior, a Contratada deve efetuar o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM e iniciar o processo de emissão, cabendo nesse caso cobrança de remuneração pela nova emissão.

5.8.6. A solicitação de cancelamento será realizada com base nas informações do BILHETE DE PASSAGEM emitido.

5.8.7. Quando houver cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM por parte da CIA aérea, a Contratada fica obrigada a informar imediatamente o Contratante, através dos meios de comunicação: whatsapp, e-mail, telefone, etc.

5.8.8. Nos casos que houver cancelamento de BILHETE DE PASSAGEM, por parte da CIA aérea, a Contratada além de informar a situação o Contratante, deve apresentar, se possível, uma solução viável pelo transtorno gerado, seja a remarcação do voo ou a emissão de novo BILHETE DE PASSAGEM.

5.8.9. Nos casos de cancelamento de BILHETE DE PASSAGEM, a Contratada fica obrigada a informar o Contratante se houve ou não direito ao reembolso, qual o valor a ser reembolsado, bem como o valor da tarifa de embarque.

5.9. Reembolso

5.9.1. A Contratada deve adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM ou quando da ocorrência de NO-SHOW.

5.9.2. O reembolso do BILHETE DE PASSAGEM se dará por intermédio de glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e detalhamento das regras aplicadas pela companhia aérea.

5.9.3. A Contratada deve gerar relatório mensal de todos os BILHETES DE PASSAGEM cancelados, alterados, não utilizados e /ou reembolsados. O relatório deve ser apresentado juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas companhias aéreas, contendo no mínimo:

- a) Unidade solicitante;
- b) Dados do BILHETE DE PASSAGEM: nome do passageiro, origem/destino, data do voo;
- c) Valor pago;
- d) Valor da multa;
- e) Valor do crédito.

5.9.4. O Contratante efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

5.9.5. O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive

prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades.

5.9.6. O prazo para reembolso não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados da data da solicitação.

5.9.7. O crédito gerado não deverá ser atrelado ao CPF do usuário e sim ao CNPJ do Contratante.

5.9.8. O pedido de reembolso pela Contratada junto às Companhias Aéreas é uma obrigação decorrente do cancelamento e alteração dos Bilhetes de Passagem, não sendo devida nova remuneração para esse serviço.

5.10. A Contratada deverá discriminar na Nota Fiscal/Fatura:

I – valor da tarifa aérea;

II – valor da taxa de embarque;

III – valor da taxa de agenciamento registrada;

IV – valor total da operação.

5.11. O recebimento do serviço ocorrerá nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

a) Recebimento provisório: mediante conferência da emissão do e-ticket e da conformidade com a solicitação autorizada;

b) Recebimento definitivo: após a confirmação da regular prestação do serviço ou conclusão de eventual remarcação/cancelamento.

5.13. A execução contratual será fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se, em caso de inadimplemento, as sanções previstas nos arts. 155 a 163 da referida lei.

5.14. Todas as despesas operacionais, tributárias, administrativas e trabalhistas necessárias à execução do objeto correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII, LEI Nº 14.133/2021)

6.1. A execução da contratação deverá seguir fielmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta vencedora e no contrato, conforme os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021. Cada parte responderá pelas consequências do eventual descumprimento total ou parcial das obrigações

assumidas.

6.2. Em caso de impedimento superveniente, por motivo justificado, o prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação do fornecedor e anuência da Administração, devidamente justificada e registrada nos autos da contratação.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, devido às suas características.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução, assegurando o cumprimento de todas as condições pactuadas, de forma a garantir os melhores resultados para a Administração.

6.10.1. Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar e fiscalizar previamente todas as cotações apresentadas pela CONTRATADA antes da autorização para emissão dos bilhetes de passagem, verificando a conformidade dos valores, rotas, horários, escalas, conexões, tarifas aplicadas e demais condições ofertadas.

6.10.2. O Fiscal deverá certificar-se de que a cotação apresentada contempla, sempre que possível, a proposta mais vantajosa para a Administração, observando os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e interesse público, considerando não apenas o menor preço, mas também a adequação operacional da viagem.

6.10.3. A fiscalização deverá verificar se os valores cotados correspondem efetivamente às tarifas praticadas pelas companhias aéreas no momento da emissão, vedada a incidência de mark-up, sobretaxa, comissão oculta ou qualquer majoração indevida sobre os preços disponibilizados ao usuário final.

6.10.4. O Fiscal poderá solicitar à CONTRATADA, sempre que entender necessário, a apresentação de comprovação complementar das tarifas ofertadas, inclusive prints de tela, histórico de cotação, registros emitidos pelos sistemas integrados (self-booking, GDS ou equivalentes), bem como demonstração da inexistência de sobrepreço.

6.10.5. Nenhum bilhete poderá ser emitido sem a prévia análise e autorização formal da Administração, por meio do Fiscal do Contrato, do Gestor responsável ou da autoridade competente designada, ressalvadas as hipóteses excepcionais de urgência devidamente justificadas.

6.10.6. Nos casos de urgência devidamente comprovada, a emissão poderá ocorrer de forma excepcional, devendo a CONTRATADA apresentar imediatamente toda a documentação comprobatória da tarifa aplicada, submetendo-se posteriormente à validação da fiscalização contratual.

6.10.7. Verificada divergência entre os valores cotados e os efetivamente praticados no mercado, ou constatada cobrança indevida, o Fiscal deverá promover a imediata glosa dos valores, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis e da apuração de eventual responsabilidade administrativa da CONTRATADA.

6.11. Compete ao fiscal verificar a conformidade do fornecimento, acompanhar a execução orçamentária e financeira da contratação, incluindo emissão de nota de empenho, liquidação e pagamento, podendo solicitar documentos pertinentes, sempre que necessário.

6.12. Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas pelo fiscal no histórico da contratação, com a descrição das providências adotadas para a regularização de eventuais falhas ou defeitos identificados.

6.13. Em caso de descumprimento contratual ou constatação de qualquer irregularidade, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, emitirá notificação à contratada com prazo para correção e, se for o caso, comunicará o gestor quando a situação exigir medidas além de sua competência.

6.14. O fiscal deverá comunicar ao gestor, com a devida antecedência, se for o caso, o término da vigência contratual, a fim de viabilizar, quando for o caso, a renovação ou prorrogação do ajuste.

6.15. A fiscalização exercida não afasta nem reduz a responsabilidade da contratada por eventuais irregularidades, inclusive perante terceiros, ainda que decorrentes de imperfeições técnicas, vícios ocultos ou uso de materiais inadequados ou de qualidade inferior. Essa atividade fiscalizatória não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes.

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.18. Cabe ao Gestor do Contrato:

6.18.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.3. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.4. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.18.6. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.18.6.1. As denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.18.6.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.19. Glosas:

6.19.1. Caso sejam identificadas irregularidades no contrato, como o descumprimento das obrigações estabelecidos neste Termo de Referência ou na proposta da Contratada, a Administração poderá proceder com glosas, descontando os valores correspondentes ao serviço não executado ou executado de forma inadequada, conforme os seguintes critérios:

- a) Falha na execução do serviço em conformidade com as especificações;
- b) Atrasos injustificados no cumprimento do cronograma de execução;
- c) Qualquer outro motivo devidamente justificado e previsto no contrato que comprometa a qualidade, segurança ou eficiência do objeto contratado.

6.20. Casos de Rescisão Contratual:

6.20.1. O contrato poderá ser rescindido por parte da Administração, conforme os fundamentos previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, inclusive nas seguintes hipóteses:

- a) Interesse público devidamente justificado;
- b) Inexecução total ou parcial do contrato;
- c) Descumprimento de cláusulas contratuais;
- d) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Contratada;
- e) Paralisação injustificada da execução do objeto;
- f) Prática de infrações administrativas ou atos ilícitos.

6.20.2. A Contratada poderá solicitar rescisão, caso a Administração não cumpra com as obrigações de pagamento ou outras condições essenciais para a execução do contrato.

6.20.3. Nos casos de rescisão contratual, a parte responsável deverá formalizar a decisão por escrito,

indicando as causas e as consequências da rescisão, com prazo para regularização, se aplicável.

6.20.4. O procedimento será iniciado com a notificação formal, com a concessão de prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa, caso necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO (art. 92, VI, LEI Nº 14.133/2021)

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da IN SEGES/ME nº. 77/2022.

7.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da contratação;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de referência e identificar possível razão que impeça a contratação, no âmbito do órgão que implique proibição

de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.5. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

7.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso o Contratado não regularize sua situação fiscal.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO (art. 92, V, LEI Nº 14.133/2021)

8.1. O pagamento será efetuado sob demanda da contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022”.

8.2. O pagamento será efetuado de acordo com o serviço prestado, após a devida comprovação e aceitação, mediante apresentação de nota fiscal e relatório técnico.

8.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

- a) não prestou o serviço contratado, total ou parcialmente, conforme as condições estabelecidas;
- b) o serviço está em desacordo com as especificações técnicas exigidas, em qualidade inferior ou com vícios que comprometam sua execução;
- c) descumpriu os prazos de início da prestação dos serviços estabelecidos, sem justificativa aceita pela Administração, comprometendo a continuidade das atividades do contratante.

8.4. O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA, devendo esta comprovar tal situação em cada solicitação de pagamento, por meio da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal / Fatura discriminatória, devidamente atestada;
- b) Certidão de Regularidade de FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão de Quitação de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, referente à sede da contratada;
- d) Certidão Negativa de Débitos junto à Justiça do Trabalho.

8.4.5. Caso a Nota Fiscal / Fatura não seja aprovada pelo contratante, esta será devolvida à contratada com as devidas informações que motivaram sua rejeição, para que sejam realizadas as correções necessárias, reiniciando-se o prazo estabelecido para pagamento.

8.4.6. Em caso de erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos relacionados à contratação, ou ainda, na ocorrência de qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, sem qualquer ônus para o contratante.

8.4.7. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

8.4.8. Ocorrerá a adequação do pagamento devido a contratada, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas.

8.4.9. A contratada não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido previsto no Termo de Referência.

8.4.10. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, que será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \text{ I} = (6/100) / 3651 = 0.00016438 \text{ TX} = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

8.4.11. O contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.

8.5. Forma de pagamento:

8.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

8.5.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que a ordem bancária for emitida.

8.5.3. No ato do pagamento, será efetuada a retenção tributária conforme previsto na legislação aplicável.

8.5.4. Independentemente do percentual de tributo especificado na planilha, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

8.5.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5.6. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial/total.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE (art. 92, V, LEI Nº 14.133/2021)

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do

orçamento estimado, em 30/04/2026, observando-se o disposto no art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Após o interregno de um ano, independente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão Contratante, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.11. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a Contratada a ampla defesa.

9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.13. O reajuste será realizado por termo de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, LEI Nº 14.133/2021)

10.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de São Luís/MA deste exercício, por intermédio da Central Permanente de Licitação, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO:	
UNIDADE:	
PROGRAMA:	
AÇÃO:	
CATEGORIA ECONÔMICA:	
GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA:	
MODALIDADE DE APLICAÇÃO:	
ELEMENTO DE DESPESA:	
FONTE DE RECURSO:	
FICHA:	

10.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, XI, XIV, LEI Nº 14.133/2021)

11.1. Emitir as notas de empenho e respectivas ordens de serviço quando de eventuais e futuras contratações;

11.2. Acompanhar o serviço em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da contratada;

11.3. Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovado o fornecimento;

11.4. Atestar a Nota Fiscal após o recebimento definitivo do serviço;

11.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.6. Zelar para que durante toda a vigência da contratação sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11.8. O contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste Contrato;

11.9. Prestar aos empregados da contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza do fornecimento que tenha a executar;

11.10. Comunicar por escrito à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

11.11. Aprovar os serviços prestados, desde que atendidas às especificações previstas neste contrato;

11.12. Efetuar o cotejo entre a fatura apresentada, a solicitação do serviço e os demais documentos;

11.13. Efetuar o pagamento devido, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e no contrato, dentro do prazo estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XV e XVI, LEI Nº 14.133/2021)

12.1. Executar o serviço deste contrato conforme especificado no item 1 deste instrumento em perfeitas condições;

12.2. Comunicar ao contratante a existência de qualquer anormalidade que notar referente ao objeto deste contrato;

12.3. Acatar todas as orientações do setor competente indicado pelo contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados;

12.4. Apresentar ao contratante o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

12.5. A contratada deverá manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de regularidade e habilitação exigidas neste instrumento;

- 12.6. A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 12.7. A qualidade dos serviços oferecidos pela empresa contratada deve estar de acordo com os padrões especificados;
- 12.8. A contratada deverá estar apta ao serviço discriminados na Ordem de Serviço, a partir da sua emissão;
- 12.9. Emitir Nota Fiscal/Fatura do serviço realizado, apresentando-a ao contratante para ateste e pagamento;
- 12.10. Comunicar imediatamente ao contratante, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone de contato e e-mail;
- 12.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução da contratação;
- 12.12. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 12.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado;
- 12.14. Manter funcionário apto para contato com a contratante para tratar de assuntos relacionados ao objeto deste contrato;
- 12.15. Prestar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante quanto à execução do serviço contratado;
- 12.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- 12.17. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, inclusive com pessoal, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com o contratante;

12.18. Manter número telefônico e e-mail atualizados do escritório para contato e intermediação junto ao contratante;

12.19. Exercer rigoroso controle de qualidade e discrição sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX, LEI Nº 14.133/2021)

13.1. O Contratante poderá extinguir o contrato, desde que o faça de maneira formal, motivada e assegure o contraditório e ampla defesa, nas hipóteses previstas abaixo, quando a Contratada incidir nas seguintes situações (art. 137, Lei nº. 14.133/2021):

13.1.1. Não atender as determinações regulares emitidas pelos servidores designados para acompanhar e fiscalizar o contrato;

13.1.2. Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de cumprir o contrato;

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva do contrato.

13.1.4. Decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do(s) sócio(s) da Contratada;

13.1.5. Na hipótese de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

13.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos, conforme previsto em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou para aprendizes.

13.1.8. O termo de extinção do contrato, sempre que possível, será precedido de:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indicação de eventuais indenizações e multas aplicáveis.

13.2. A Contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

13.2.1. Supressão, por parte da Administração, que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125, Lei nº 14.133/21;

13.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

13.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas desmobilizações e mobilizações contratualmente imprevistas, além de outras previstas;

13.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da entrega da nota fiscal, desde que o fato não resulte de ações ou omissões da Contratada.

13.3. A extinção do contrato poderá ser:

13.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto em caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.3.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

13.3.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV, LEI Nº 14.133/2021)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos

serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
i) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
j) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
k) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

14.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

IV. Multa:

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida,
b) até o limite de 30 (trinta) dias;
c) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação ou suplementação.

a.1. O atraso superior a 7 (sete) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o Art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

b. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/ 2021).

14.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

14.5.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.9. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito, com o objetivo de facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora, ou à empresa do mesmo ramo que mantenha relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada. Em todas essas hipóteses, serão observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. A Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme o disposto no art. 161, da Lei nº 14.133/2021.

14.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser reabilitadas na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.12. Os débitos da Contratada para com a Administração resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritas em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será permitida a subcontratação do objeto principal (serviços de agenciamento e gestão de viagens). A execução do transporte aéreo pelas companhias transportadoras não se confunde com subcontratação para fins deste item, sendo responsabilidade da contratada a intermediação e o suporte técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. A qualquer tempo, o valor pactuado poderá ser objeto de revisão para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato (ou da Ata de Registro de Preços), em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato, nos exatos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Fica estabelecido que as oscilações tarifárias do mercado aéreo relativas aos bilhetes e às taxas de embarque (valores definidos por terceiros e sujeitos à flutuação diária) constituem custo de repasse e não ensejam a revisão da Taxa de Agenciamento (Taxa DU).

17.3. A revisão do valor da Taxa de Agenciamento (Taxa DU) será concedida somente se a Contratada comprovar, de forma inequívoca, que o evento superveniente e imprevisível alterou diretamente o custo da prestação do serviço de intermediação e agenciamento.

17.4. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalizado pela Contratada de forma escrita e fundamentada, devidamente instruído com planilhas de custos analíticas, notas fiscais e demais documentos comprobatórios que demonstrem a alteração dos custos da Taxa DU em relação ao momento da apresentação da proposta inicial.

17.5. A Administração terá o prazo estipulado em 30 (trinta) dias úteis para decidir sobre o pleito, devendo a Contratada manter a prestação dos serviços nas condições vigentes até a conclusão da análise, não sendo permitida a interrupção do agenciamento sob a justificativa de aguardo do reequilíbrio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

18.2 – Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18.3 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís - Comarca de São Luís, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja”, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Luís/MA, ____ de ____ 2026.

Silvana Carla Costa dos Santos

Presidente da CPL

CONTRATANTE

XXXXXXXXXX

Sócio Administrador

XXXXXXXX – Nome da Empresa

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

CPF Nº

TESTEMUNHA:

CPF Nº:



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Marcella Abdalla Costa, Assessora**, em 08/05/2026, às 15:00, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3897444** e o código CRC **5EFF9FAF**.

Processo nº: 11109.000235/2026

Documento nº: 3897444v2 - CPL